

Quanta hipocrisia!

A classe política que antes era para o Senhor Wilson Pinto Junior a raiz dos problemas da Eletrobras, agora é valorizada e chamada à sensibilidade para aprovação de uma proposta insensata!

Analizamos detidamente a matéria *"Eletrobras quer sensibilidade do Congresso"* do jornal Valor Econômico de 01/12/2017, que, de cara, precisa de uma correção, uma vez que quem está pedindo é o Sr. Wilson Pinto Junior. O que a Eletrobras realmente pede é que os parlamentares, representantes do povo, tenham sensibilidade e não deixem que a Eletrobras seja destruída, como quer o seu atual presidente e um grupo de conhecidos especuladores.

Vejamos os pedidos de sensibilidade feitos pelo Sr. Wilson Pinto Junior (3G) na entrevista concedida aos jornalistas, Rodrigo Polito e Camila Maia, seguida da REALIDADE DOS FATOS, a coisa como ela é, sem manipulações e enganações:

Pedido de Sensibilidade - 1: Cortina de Fumaça

"Isso não é uma coisa que interessa apenas à Eletrobras, apenas ao governo ou apenas aos consumidores. Isso interessa a todos. Espero que essa convergência de interesses chame a atenção dos nossos representantes eleitos [no Congresso]", disse o executivo.

"O único grupo de pessoas que pode interferir nisso são os nossos representantes. Esses processos não serão mandados ao Congresso à toa. É lá, claramente, o local de discussão disso, completou Ferreira Jr', referindo-se aos projetos de lei de privatização do controle da empresa e da reforma do setor elétrico e à Medida Provisória sobre a repactuação do risco hidrológico, que compõem o arcabouço legal necessário para a desestatização da elétrica, aliada ao fim das cotas de 14 empreendimentos hidrelétricos do grupo, totalizando 14 mil megawatts (MW) de capacidade."

Realidade dos fatos - 1: Tirando a Fumaça

O Sr. Pinto Júnior (3G), chegou à Eletrobras em julho de 2016, metendo o pé na porta. Desqualificou tudo e todos, chamou a empresa de "ineficiente" e disse aos quatro cantos do país que a Empresa estava arruinada por conta de influências políticas.

Bradou, xingou, fez o diabo na Eletrobras e, na sequência, colocou em operação o seu plano maquiavélico de captura e destruição da Empresa: influenciou a troca de Conselheiros do CAE e indicou seu presidente; apequenou a qualidade da gestão, colocando em cargos estratégicos pessoas sem experiência, conhecimento e coragem para lidar com as complexidades da Empresa; discriminou e forçou a saída de

profissionais experientes e conhecedores da Empresa e do setor; recrutou sem licitação consultorias, amigas suas de longa data, como Roland Berger e Kienbaum, que recebem milhões para entregar trabalhos que poderiam ser feitos internamente com melhor qualidade.

Com o terreno prontinho e com acesso privilegiado à mídia, coisa que apenas cervejarias, bancos e outros poderosos econômicos possuem, o Sr. Pinto Junior (3G) partiu para a sua cartada final: elaborou na calada da noite, nos porões da Eletrobras e do MME, uma absurda proposta de privatização que, na opinião de um conhecido executivo do setor, irá transformá-la em um monstro.

Usando o seu poder na mídia, do alto da sua hipocrisia, pede a "sensibilização" de Deputados e Senadores, representantes da sociedade, que foram apedrejados pelo Sr. Pinto Junior (3G), que os culpou pelos problemas e supostas ineficiências da Eletrobras.

Agora os Deputados e Senadores são importantes para a validação de uma proposta de privatização repleta de questionamentos, conflitos de interesses e acordos subterrâneos, sem falar das tarifas mais altas, recheadas de mais impostos e lucros, a serem bancados pelos consumidores.

Resumo 1

Está claro que o objetivo do Ministro do MME e do Presidente da Eletrobras é de transferir para o Congresso os vários problemas e processos que vão surgir antes e depois da privatização, tais como: aumento de tarifa; escassez deliberada na oferta de energia; aprisionamento da transmissão, com gargalo forçado para aumento da receita permitida. Ademais terão processos judiciais e administrativos de TCU, Aneel, Ministério Público, com acusação de má gestão, gestão temerária, favorecimento, tráfico de influência, recebimento de propina, corrupção ativa e passiva. O que eles querem ao aliciar e enganar o Congresso é eximirem-se da responsabilidade. "- Foi o Congresso que decidiu, nós só obedecemos a lei", dirão eles.

Não bastasse fazer de otário todo o conjunto da sociedade, querem que a conta recaia sobre os "políticos".

Pedido de Sensibilidade - 2: Brincando com a inteligência alheia

"Suponha que saia a descotização e não saia o negócio [projeto de privatização] da Eletrobras. Eu não terei como descotizar, porque não terei dinheiro e não vamos conseguir pagar esse benefício [ao Tesouro]. E, ao não pagar por esse benefício, o

governo aumentará o seu déficit, porque ele havia considerado algum ingresso pela venda dos bônus de outorgas desse negócio", explicou o presidente da Eletrobrás.

'A privatização não interessa apenas à Eletrobrás, ao governo ou aos consumidores. Isso interessa a todos'

"Qualquer falha na execução desses negócios, como são muito convergentes, estão muito entrelaçados, desassiste a todos", completou. Segundo ele, sem a privatização, a empresa não tem condições de fazer investimentos e pagar pela descotização das usinas, o que implicará na não redução da tarifa de energia para os consumidores."

Realidade dos fatos - 2: Respeitando a inteligência alheia e da Sociedade

Neste ponto, temos que concordar com o Sr. Pinto Júnior, esse processo é realmente um grande negócio - Um Negócio do Século Para Eles, uma sacada de mestre e que, para se concretizar, está dependendo da validação dos parlamentares - razão de sua repentina "humildade" e pedidos de sensibilidade. Descrevemos abaixo, de forma sucinta, a LÓGICA desse "*WONDERFUL BUSINESS*" para alguns, em detrimento da sociedade brasileira.

A lógica do negócio do século - o que sobraré para cada um dos atores:

- A **UNIÃO** - Descotiza as Usinas já amortizadas, o que produzirá imediatamente um aumento significativo dos preços da energia e receitas destas usinas, que passarão a ser altamente lucrativas. Com isso, teremos energia velha à preços novos. Filé Mignon de Primeira!
- O **MME** - Propõe um processo de descotização, estabelecendo que os recursos sejam divididos entre União, Eletrobrás e Fundos Setoriais, etc. Especulações apontam que esse montante seja de aproximadamente R\$ 36 bilhões;
- **A ELETROBRÁS** - como ficará com cerca de R\$ 12 bilhões, terá que arcar com outros R\$ 24 bilhões, a serem pagos à União.
- **ARRANJO DO WILSON PINTO JUNIOR:** A União autoriza a Eletrobrás a fazer uma chamada de capitais e se abstém de acompanhar os aportes, deixando que os acionistas minoritários e outros o façam - com isso, os recursos são obtidos e a União perde o controle da Eletrobrás, que passar para o controle privado.
- **GRUPO 3G, JUCA ABDALLA (Banco Clássico) e FUNDO SOBERANO DE CINGAPURA (parceiro do Grupo 3G) - Principais acionistas minoritários da Eletrobrás:** Participantes privilegiados de todo o processo de descotização e de privatização da Eletrobrás, conhecedores profundos dos números, dos débitos, recebíveis (indenizações MP 579/12) e outras potencialidades da Eletrobrás, farão seus aportes de capital e rapidamente terão o controle absoluto da Companhia. Farão esses aportes com segurança e tranquilidade, pois sabem que os recursos dispendidos retornarão rapidamente na forma de elevados dividendos.

- **Demais acionistas minoritários:** Farão seus aportes, mas continuarão diluídos e sem força, diante de um bloco que se preparou e desde o início deu as cartas de todo o jogo. Um jogo praticamente jogado e com previsão do resultado - um verdadeiro manjar dos Deuses!
- **PINTO JUNIOR:** Pretende continuar à frente da companhia (agora privada), só que, desta vez, com muita liberdade para administrar os cerca de R\$ 3 bilhões dispendidos anualmente em aquisições de bens e serviços, administrar uma pomposa carteira de financiamentos mantidos com o sistema bancário, além da comercialização do maior bloco de energia existente no país. Isso tudo sem falar no aumento dos honorários, bônus, opções de ações e outras benesses para o próprio.
- **OUTROS ATORES VIABILIZADORES DO NEGÓCIO:** As vantagens no negócio somente poderão ser contadas pelas paredes dos porões, subterrâneos e gabinetes onde os arranjos foram arquitetados;
- **CONSUMIDORES RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS:** Pagarão contas de energia mais caras, especialmente para cobrir maiores lucros, impostos e dividendos;
- **TRABALHADORES e TRABALHADORAS:** sofrerão discriminações, perseguições, assédios, demissão e tudo de pior que possa sair da cabeça do Sr. Pinto Junior e Conselheiros. Haverá uma grande empresa rica em ativos e pobre em capital humano;
- **BRASIL:** Passa a ficar refém do maior grupo privado de energia elétrica da América Latina. Sai da condição de potência energética e dono dos seus destinos neste quesito, para a condição de um quintal energético a ser explorado por forasteiros e especuladores. Adeus à soberania energética; Adeus ao desenvolvimento energético estruturante; Adeus aos trabalhos voltados para a pesquisa e desenvolvimento do setor. Seremos compradores de tecnologias, compradores de mão de obra e dependente de outros países. O negócio será vender energia elétrica como se vende cerveja e outras mercadorias, se possível rebaixando a qualidade, para abaixar os custos e aumentar os lucros.

Resumo 2

Descortinar é aumentar a tarifa para preços iguais aqueles de quem investiu e acabou de construir uma usina. Acreditamos que isso é crime, pois é um golpe no Estatuto do Consumidor. É o famoso 171, pois vai repassar ao consumidor custos de Investimento que não foram feitos.

O ingresso que o governo considerou realmente é "algum". R\$ 12,5 bilhões colocados no Orçamento de 2018, para entregar a Eletrobrás, é a famosa "galinha morta" na linguagem dos golpistas. Entretanto, o governo e o presidente da Eletrobrás fazem de conta que a União não deve "alguns", mas sim muitos bilhões de reais a Eletrobras, de créditos fiscais e, principalmente, metade de todo o empréstimo compulsório já pago e

a pagar pela Eletrobrás. Ninguém duvida que se privatizar a Eletrobrás vai entrar na justiça cobrando esses créditos da União e lançar no balanço (hoje encoberto), visto que a cada ano que passa vai prescrevendo e o privado Não deixa passar nada, o negócio é lucro.

O não voto da União em AGE ou AGO é um crime de má fé, que também vai cair nas costas dos Congressistas, se assim aprovarem. Inventaram essa baboseira recentemente para que minoritários especuladores, inclusive grandes bancos, apoderem-se da gestão e por conseguinte do controle de grandes corporações. Mas já tem decisão até no STF, acabando com essa iniciativa de golpe. O controlador tem a obrigação de votar e garantir seus direitos. É mais uma tentativa de repassar a responsabilidade.

Pedido de Sensibilidade - 3: Manipulações, Mentiras e Enganações

"De acordo com o executivo, as usinas que operam sob regime de cotas, embora tenham um valor fixo relativamente baixo, geram um custo ao consumidor de R\$ 200 por megawatt-hora (MWh), devido à exposição ao fator de ajuste de garantia física (GFS na sigla em inglês). Ele ressaltou que, quando as usinas forem descotizadas, o custo delas para o consumidor, segundo informações na mídia, será de cerca de R\$ 160/MWh, e a Eletrobras ficará com o risco do GSF.

Ferreira Jr. afirmou que a emissão de capital da companhia tem potencial para estar entre as dez maiores operações do tipo no mundo em 2018. Segundo ele, poucas operações no próximo ano serão do porte da que o governo planeja para a Eletrobras, por meio da qual prevê arrecadar R\$ 12,2 bilhões, conforme consta do orçamento da União.

"Uma operação de R\$ 12 bilhões, de US\$ 4 bilhões, não é uma operação irrelevante. [Haverá] pouquíssimas operações de US\$ 4 bilhões no mundo ano que vem. Menos de dez, com certeza. Essa [emissão de capital], se for feita nesse volume, será uma das dez maiores operações no mercado de capitais no ano que vem", afirmou Ferreira Jr.

A expectativa do presidente da Eletrobras é que todo o arcabouço legal que sustentará a emissão de capital pela Eletrobras seja aprovado ainda no primeiro semestre de 2018 e que a operação possa ocorrer na segunda metade do ano.

Nesse horizonte, Ferreira Jr. destacou a necessidade de que a modelagem de desestatização da companhia seja bem definida, com as aprovações necessárias no Congresso. "O uso desses recursos [da emissão de capital] e o impacto que esses recursos vão dar na Eletrobras, no seu futuro, vão estimular as pessoas a aplicarem nessa ideia, ou não. Em um negócio de US\$ 4 bilhões você não pode errar", completou."

Realidade dos fatos - 3: A Eletrobras hoje possui um presidente que trabalha contra ela!

Lamentavelmente, a Eletrobras hoje possui um presidente que trabalha contra ela, veio com um objetivo e missão fixados e distorce e manipula todas as informações da Companhia. Informações positivas, na mão dele, são logo distorcidas e as ruins são logo potencializadas - um verdadeiro mestre da enganação. Os números que ele coloca, infelizmente não são confiáveis, tudo é feito para agradar e incentivar o mercado, uma brutal irresponsabilidade com a coisa pública - ele utiliza a lógica do empresário espertalhão, que acha que pode enganar a todos, o tempo todo. Ele sempre pensa com lógica de mercado e não da a mínima para a empresa e para o setor. Política Energética? Isso não lhe interessa. O negócio dele é vender e gerar elevados lucros para os acionistas, mesmo que isso represente aumento de tarifas e impostos. Para ele, a empresa é formada apenas pelo acionista, as demais partes interessadas não têm valor, esquecendo que está atuando numa empresa concessionária de serviços públicos. A conversa dele fica circunscrita a operações de mercado, ganhos de capitais, etc. e tal. Infelizmente, temos hoje na Eletrobras um presidente que, de tanto conversar e ser orientado pelo pessoal do Grupo 3G, virou um financista, um mercador.

Resumo 3

O governo e a Aneel já implantaram e estão implantando (novo Projeto de Lei é Medida Provisória) para que as empresas se protejam do GSF (nos parece que até as Controladas já assinaram acordo para isso, ao menos já foram autorizadas pela Holding, tem Resolução para isso). O GSF é mais uma das tolices inventadas para tirar dinheiro do consumidor. Não é um custo tradicional, tangível. Ademais, se o consumidor paga, quem recebe? O GSF é circunstancial, então o Presidente não pode falar como custo perene por todo o período da concessão da usina, não pode generalizar.

Não é a emissão de ações (que pode beneficiar a Empresa a depender do que se vai fazer com o dinheiro), mas sim a privatização a preços irrisórios, objetivos escusos e prejudiciais à sociedade, a economia e a soberania do país. Se o governo não tem dinheiro para aportar na empresa, vai ter dinheiro para pagar os ativos encobertos que a Eletrobrás tem contra a União? Claro que não. Assim é melhor para o governo colocar na gestão da Eletrobrás diretores comprometidos que levem a Eletrobrás não só a dar lucro, mas também continuem contribuindo com a modicidade tarifária, pois incentiva a economia, gera mais impostos, ou seja, mais dinheiro para as diversas áreas do governo. Aqui cabe lembrar que a Eletrobrás contribuiu e contribui com toda a arrecadação do governo, não só com aquela arrecadação advinda de seus negócios (o que já não é pouco)

Aprovar no primeiro semestre de 2018, só se o governo passar por cima das leis, dos acordos internacionais (não é só Itaipu, tem muito mais), da Constituição, de normas da Aneel, TCU, entre outras. Será sim o negócio mais surreal do mundo em 2018. O que é pior ainda, com a colaboração e/ou omissão de todas as instituições de Estado.

Pedido de Sensibilidade - 4: Uma aberração atrás da outra. Descaso com a Itaipu e Eletronuclear.

"Quem vai propor a forma de cisão de Itaipu e Eletronuclear é a Eletrobras, que terá que submeter à assembleia." Ferreira Jr. ressaltou ainda que, durante a operação de emissão de capital, a Eletrobras terá opção de aumentar o tamanho da oferta de ações, tanto na emissão primária quanto na secundária, se houver uma demanda maior que a esperada. "O que caracteriza essa excepcionalidade é ter uma oferta bem-sucedida. Ela [operação] tem que, de alguma maneira, prever uma condição que seja favorável à companhia."

Com relação à segregação de Itaipu e Eletronuclear, ativos que não farão parte da Eletrobras privada e poderão ser transferidos para uma nova estatal, a própria Eletrobras será responsável pela modelagem da cisão dessas empresas. "Quem vai propor a forma de tirar [segregar Eletronuclear e Itaipu] é a Eletrobras, que terá que submeter isso à assembleia. Só nós podemos cindir uma empresa de nossa propriedade", explicou Ferreira Jr.

A Eletrobras deverá contratar consultorias para auxiliar na cisão das empresas. Segundo o executivo, porém, a expectativa é começar os trabalhos sobre o modelo de cisão das empresas apenas no início do próximo ano, após a definição dos processos relativos à modelagem de venda das seis distribuidoras no Norte e Nordeste, à venda das participações em sociedades de propósito específico (SPEs) e à elaboração do novo plano de negócios da companhia. "Temos uma agenda muito intensa".

O modelo de cisão deverá conter uma solução para o patrimônio líquido da Eletronuclear, que está negativo em R\$ 4,5 bilhões. A empresa só poderá ser separada da Eletrobras com o patrimônio líquido positivo.

Questionado sobre a situação da companhia de geração de energia nuclear, que desde outubro está pagando parcelas mensais de R\$ 30 milhões ao BNDES relativo a juros da dívida de construção de Angra 3, que até hoje não foi concluída, Ferreira Jr contou que a Eletrobras tem feito aportes na subsidiária. "Estamos acompanhando a Eletronuclear. Enquanto isso estamos colocando dinheiro [na empresa]. Nós temos uma obrigação como controladores da companhia", disse."

Realidade dos fatos - 4: Querem colocar a Eletrobras e o nosso país de joelho

A Eletronuclear e a Itaipu Binacional deveriam ser tratadas com todo o cuidado pelo Governo, MME e Eletrobras - tratam-se de ativos extremamente estratégicos e importantes para o setor elétrico e para o país. A fala do presidente Wilson Pinto Junior (3G) denota descaso e desleixo com algo tão importante para a nação brasileira. Deixar para o Conselho de Administração da Eletrobras (CAE) decidir a respeito é um acinte à inteligência do povo e dos parlamentares. Como deixar um tema tão estratégico e permeado por questões geopolíticas nas mãos de um Conselho de Administração que, atualmente, está dominado por um grupo privado e de outros minoritários que não enxergam outra coisa a não ser os seus interesses especulativos? O entreguismo é tão violento e a pressa tão grande, que optaram por essa solução esdruxula, passando por cima ds CF-88 e de tratado internacional.

Esses pontos, colocados pelo Sr. Pinto Junior nessa entrevista ao Jornal Valor, nos fazem chegar a seguinte conclusão:

O PRIVADO SE APODEROU DO PÚBLICO EM DETRIMENTO DA SOCIEDADE!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#))

**A Diretoria, em 5 de dezembro de 2017.
Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL**

